

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos atra.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varella

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

Novas perspectivas

Com a execução de um novo plano econômico a partir do próximo ano, pretende o Governo arrematar as políticas contenciosas consagradas na proposta orçamentária, a fim de implementar o esforço em busca da estabilidade. Embora poucos aspectos da iniciativa tenham transposto os gabinetes da burocracia oficial, há indícios de que não só haverá retificações nas diretrizes fiscais, para efeito de arrecadação, mas, também, a adoção de novos critérios na administração de preços e salários, com vistas ao domínio da inflação.

A estratégia em fase de elaboração no brain trust econômico dos ministérios da Fazenda e do Planejamento deverá incorporar, no âmbito das medidas destinadas a combater o déficit público, a privatização de diversas empresas estatais. O objetivo, sob esse aspecto, é carregar para os cofres do Executivo algo em torno de 2,4 bilhões de dólares e, em consequência, aliviar significativamente as pressões sobre a tomada de poupanças privadas para o financiamento dos deságios nas contas oficiais — um dos mais ativos agentes inflacionários.

Quanto às alterações na política fiscal, sabe-se que se examina a possibilidade de um aumento da carga tributária, a fim de habilitar o Governo à execução de alguns programas prioritários, sem necessidade de sacar recursos a descoberto. Há, porém, resistências de vulto à elevação de impostos, tanto por representar estímulo considerável ao crescimento da inflação, quanto porque tal expediente, praticado várias vezes ao longo de nossa história, sempre se revelou inócuo como forma de regularizar as contas do Estado. Aliás, o atual Governo possui experiência própria nesse campo. Os empréstimos compulsórios lançados mediante adicional aos preços dos combustíveis e retenção do imposto de renda a devolver não produziram qualquer efeito sobre a liquidez do erário — antes funcionaram como estímulos a gastos perdulários ou adiáveis. Então, o Governo deve realizar uma reflexão profunda sobre semelhante iniciativa, a fim de evitar um caminho que, no mínimo, agravará os preços no nível do consumidor.

A idéia de premiar os contribuintes zelosos de suas obrigações fiscais com uma identificação especial precisa ser descartada sem a menor hesitação, pois se trata, na prática, do restabelecimento da odiosa “certidão negativa”. Os técnicos sabem que há formas eficazes de melhorar os níveis da arrecadação sem utilizar meios autoritários, de regra favorecedores da corrupção. O mesmo julgamento se aplica à intenção de atribuir participação aos fiscais nos resultados das multas. No passado ainda bem à vista, o interesse pecuniário de servidores na imposição de sanções financeiras em muitos casos resultou na formação de verdadeiras *societas sceleris*, com efeito paradoxal da queda da arrecadação.

Já a privatização do maior número possível de empresas estatais enquadra-se em um conceito partilhado pela maioria dos economistas. Não há nada que possa justificar a ação empresarial do Estado numa economia regida pelos princípios de mercado, principalmente quando é notória sua substancial contribuição ao déficit público, cuja eliminação é indispensável para sanear o sistema econômico e operar os instrumentos bloqueadores da inflação. Partidário da privatização, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, encontra resistências estóicas, porém iracionais, contra a adoção da diretriz e, por isso mesmo, sua atuação deve ser reforçada com a maior soma de prestígio possível, principalmente do Congresso.

No particular ao estabelecimento de uma previsão para a inflação futura e estimativa dos salários, com o abandono da URP, parece iniciativa bastante conveniente. Se for possível fixar previamente o incremento de preços e, por tal critério, reajustar os salários, seguramente irá introduzir-se no sistema econômico um novo e poderoso instrumento de equilíbrio, com repercussão positiva sobre o conjunto de medidas tomadas para domar a inflação. São, portanto, francas as expectativas de que no próximo ano a sociedade possa libertar-se ou pelo menos aliviar-se das turbulências econômicas que infelicitam a vida de todos os brasileiros.